

Concessionária de
Rodovia Sul
Matogrossense
S.A.

**Informações contábeis
intermediárias em
31 de março de 2017**



KPMG Auditores Independentes
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500, Fax +55 (11) 3940-1501
www.kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais- ITR

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da,
Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.
Campo Grande - MS

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, da Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2017, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações contábeis intermediárias de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board - IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, emitida pelo IASB aplicáveis à elaboração de



Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros Assuntos - Demonstrações do Valor Adicionado

As informações contábeis intermediárias, relativas às demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao período três meses findo em 31 de março de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, apresentadas como informação suplementar para fins da IAS 34, foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais - ITR da Companhia. Para a formação de nossa conclusão, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Valores correspondentes

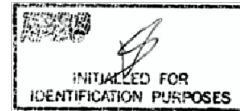
Os valores correspondentes relativos ao balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2016 foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 3 de março de 2017 sem modificação e às demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses do trimestre findo em 31 de março de 2016 foram anteriormente revisados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 5 de maio de 2016, sem modificação. Os valores correspondentes relativos às Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2016, foram submetidos aos mesmos procedimentos de revisão por aqueles auditores independentes e, com base em sua revisão, aqueles auditores emitiram relatório reportando que não tiveram conhecimento de nenhum fato que os levasse a acreditar que a DVA não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 10 de maio de 2017

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

José Luiz Ribeiro de Carvalho
CRC 1SP141128/O-2

Índice



Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2017 à 31/03/2017	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2016 à 31/03/2016	8
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

Comentário do Desempenho	10
--------------------------	----

Notas Explicativas	15
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	28
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	29
---	----

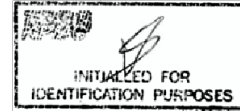
Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	30
--	----

Motivos de Reapresentação	31
---------------------------	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 31/03/2017
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	662.000.000
Preferenciais	0
Total	662.000.000
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

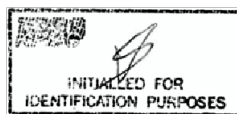


DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
1	Ativo Total	1.624.984	1.435.482
1.01	Ativo Circulante	108.074	33.299
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	92.345	19.967
1.01.03	Contas a Receber	8.648	9.859
1.01.03.01	Clientes	8.648	9.859
1.01.03.01.01	Contas a receber de clientes	8.644	9.824
1.01.03.01.02	Contas a receber de partes relacionadas	4	35
1.01.06	Tributos a Recuperar	596	1.217
1.01.07	Despesas Antecipadas	6.163	1.934
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	322	322
1.01.08.03	Outros	322	322
1.01.08.03.04	Adiantamentos a fornecedores	322	322
1.02	Ativo Não Circulante	1.516.910	1.402.183
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	195	271
1.02.01.06	Tributos Diferidos	0	115
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	0	115
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	195	156
1.02.01.09.06	Depósitos Judiciais e outros	195	156
1.02.03	Imobilizado	131.394	134.722
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	103.890	101.941
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	27.504	32.781
1.02.04	Intangível	1.385.321	1.267.190
1.02.04.01	Intangíveis	1.385.321	1.267.190
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	1.385.321	1.267.190

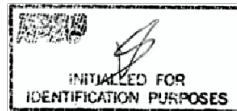
DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
2	Passivo Total	1.624.984	1.435.482
2.01	Passivo Circulante	73.250	78.646
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	15.347	13.772
2.01.01.01	Obrigações Sociais	1.681	1.881
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	13.666	11.891
2.01.02	Fornecedores	50.440	57.237
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	50.427	57.224
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	13	13
2.01.03	Obrigações Fiscais	3.931	4.851
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	1.581	2.062
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	2.350	2.789
2.01.03.03.01	ISS a recolher	2.350	2.789
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.579	1.129
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	1.579	1.129
2.01.05	Outras Obrigações	1.953	1.657
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	1.155	873
2.01.05.02	Outros	798	784
2.01.05.02.05	Outras Obrigações com o Poder Concedente	780	724
2.01.05.02.07	Outras obrigações	18	60
2.02	Passivo Não Circulante	850.994	733.218
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	832.678	722.217
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	832.678	722.217
2.02.03	Tributos Diferidos	3.673	0
2.02.04	Provisões	14.643	11.001
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	79	0
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	79	0
2.02.04.02	Outras Provisões	14.564	11.001
2.02.04.02.04	Provisão de Manutenção	14.564	11.001
2.03	Patrimônio Líquido	700.740	623.618
2.03.01	Capital Social Realizado	662.000	592.000
2.03.04	Reservas de Lucros	31.618	31.618
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	7.122	0



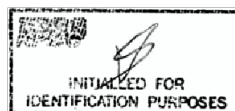
DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 31/03/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 31/03/2016
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	165.218	146.656
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-141.155	-115.427
3.02.01	Custo de construção	-104.945	-78.029
3.02.02	Serviços	-8.209	-14.790
3.02.03	Custos contratuais	-4.306	-3.901
3.02.04	Depreciação e Amortização	-6.454	-3.386
3.02.05	Custo com pessoal	-9.363	-8.953
3.02.06	Provisão de Manutenção	-3.116	-1.316
3.02.07	Materiais, equipamentos e veículos	-3.846	-3.434
3.02.08	Outros	-916	-1.618
3.03	Resultado Bruto	24.063	31.229
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-7.683	-5.190
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-7.650	-5.251
3.04.02.01	Serviços	-2.794	-2.118
3.04.02.02	Depreciação e Amortização	-1.161	-290
3.04.02.03	Despesas com Pessoal	-2.575	-2.409
3.04.02.04	Materiais, Equipamentos e Veículos	-144	-161
3.04.02.05	Outros	-976	-273
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	73	61
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-106	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	16.380	26.039
3.06	Resultado Financeiro	-5.448	-3.095
3.06.01	Receitas Financeiras	1.026	998
3.06.02	Despesas Financeiras	-6.474	-4.093
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	10.932	22.944
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-3.810	-7.361
3.08.01	Corrente	-22	-2.951
3.08.02	Diferido	-3.788	-4.410
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	7.122	15.583
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	7.122	15.583
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,01098	0,03632
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,01098	0,03632



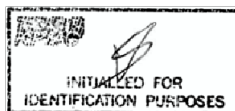
DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 31/03/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 31/03/2016
4.01	Lucro Líquido do Período	7.122	15.583
4.03	Resultado Abrangente do Período	7.122	15.583



DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 31/03/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 31/03/2016
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	19.449	26.735
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	28.286	29.028
6.01.01.01	Lucro (Prejuízo) líquido do período	7.122	15.583
6.01.01.02	Imposto de renda e contribuição social diferidos	3.788	4.410
6.01.01.03	Depreciação e amortização	7.615	3.676
6.01.01.04	Baixa do ativo imobilizado e intangível	106	0
6.01.01.05	Juros sobre financiamentos e variação monetária	17.960	13.312
6.01.01.10	Capitalização de Custo de Empréstimos	-12.189	-9.436
6.01.01.12	Constituição (Reversão) da Provisão de Manutenção	3.116	1.316
6.01.01.13	Ajuste a Valor Presente Provisão Manutenção	447	73
6.01.01.14	Constituição e reversão de provisão para riscos cíveis	321	95
6.01.01.15	Constituição da Provisão p/Devedores Duvidosos	0	-1
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-8.837	-2.293
6.01.02.01	Contas a receber	1.180	3.495
6.01.02.02	Contas a receber - partes relacionadas	31	-880
6.01.02.03	Tributos a recuperar	621	3.146
6.01.02.07	Despesas antecipadas e outros créditos	-4.268	4.691
6.01.02.08	Fornecedores	-6.797	-9.907
6.01.02.09	Fornecedores - partes relacionadas	-31	-329
6.01.02.10	Impostos e contribuições a recolher e Provisão para imposto de renda e contribuição social	-920	-110
6.01.02.11	Pagamento de imposto de renda e contribuição social	0	-4.040
6.01.02.15	Obrigações sociais e trabalhistas	1.575	1.890
6.01.02.16	Outras contas a pagar	14	-154
6.01.02.17	Pagamento da provisão para riscos cíveis, trabalhistas, tributários e previdenciários	-242	-95
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-110.022	-72.184
6.02.01	Aquisição de ativo imobilizado	-1.500	-9.063
6.02.02	Aquisição de ativo intangível	-108.674	-63.121
6.02.03	Outros de Ativo Imobilizado e Intangível	152	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	162.951	50.000
6.03.01	Integralização de capital	70.000	50.000
6.03.04	Empréstimos, Financiamentos, Debêntures e Arrend.Mer	107.404	0
6.03.06	Emprést,Financiam.Debênt.Arrend. Merc.(Pag.Juros)	-14.453	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	72.378	4.551
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	19.967	28.219
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	92.345	32.770



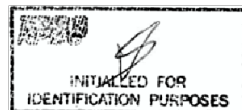
DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 31/03/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	592.000	0	31.618	0	0	623.618
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	592.000	0	31.618	0	0	623.618
5.04	Transações de Capital com os Sócios	70.000	0	0	0	0	70.000
5.04.01	Aumentos de Capital	70.000	0	0	0	0	70.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	7.122	0	7.122
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	7.122	0	7.122
5.07	Saldos Finais	662.000	0	31.618	7.122	0	700.740



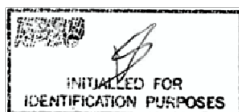
DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/03/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	359.000	0	0	-26.051	0	332.949
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	359.000	0	0	-26.051	0	332.949
5.04	Transações de Capital com os Sócios	50.000	0	0	0	0	50.000
5.04.08	Subscrição e integralização de capital	50.000	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	15.583	0	15.583
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	15.583	0	15.583
5.07	Saldos Finais	409.000	0	0	-10.468	0	398.532



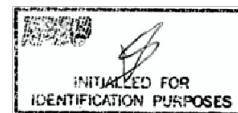
DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 31/03/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 31/03/2016
7.01	Receitas	183.131	162.608
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	170.942	153.172
7.01.02	Outras Receitas	12.189	9.436
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-129.078	-105.274
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-17.027	-23.520
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-3.990	-2.409
7.02.04	Outros	-108.061	-79.345
7.02.04.01	Custo de construção	-104.945	-78.029
7.02.04.02	Provisão de Manutenção	-3.116	-1.316
7.03	Valor Adicionado Bruto	54.053	57.334
7.04	Retenções	-7.615	-3.676
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-7.615	-3.676
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	46.438	53.658
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	1.026	998
7.06.02	Receitas Financeiras	1.026	998
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	47.464	54.656
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	47.464	54.656
7.08.01	Pessoal	10.257	9.238
7.08.01.01	Remuneração Direta	6.579	5.686
7.08.01.02	Benefícios	2.876	2.805
7.08.01.03	F.G.T.S.	516	605
7.08.01.04	Outros	286	142
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	11.455	16.203
7.08.02.01	Federais	7.991	12.298
7.08.02.02	Estaduais	164	143
7.08.02.03	Municipais	3.300	3.762
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	18.630	13.632
7.08.03.01	Juros	18.571	13.456
7.08.03.02	Aluguéis	59	176
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	7.122	15.583
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	7.122	15.583



Comentário do Desempenho

1. ANÁLISE DE DESEMPENHO OPERACIONAL MSVIA



Janeiro a Março/2017

As informações financeiras e operacionais abaixo são apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e especificamente o CPC 21 (R1) – Demonstrações Intermediárias, aplicáveis para a apresentação das informações trimestrais e as comparações são referentes ao 1T16.

1.1 - Principais destaques

No 1º trimestre de 2017, a Companhia continuou a duplicação da BR 163/MS, conforme a autorização das Portarias Interministeriais 288 e 289, de 16/07/2013, dos Ministérios do Meio Ambiente e dos Transportes, e dos trechos permitidos pela Licença de Instalação nº 1.083/2015, cuja titularidade foi transferida em maio de 2016 pelo IBAMA, e continuou executando as obras de restauração do pavimento.

1.2 - Análise do demonstrativo de resultado trimestral

Receita bruta operacional

Receita Bruta [R\$ mil]	1ºT17	1ºT16	Var. %
Receita de Pedágio	64.414	74.220	-13,2%
Receitas Acessórias	1.583	923	71,5%
Receita de Construção	104.945	78.029	34,5%
Receita Bruta Total	170.942	153.172	11,6%
Deduções	-5.724	-6.516	-12,2%
Receita Líquida Total	165.218	146.656	12,7%

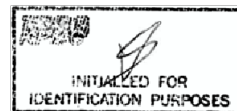
Conforme Interpretação Técnica ICPC 01 (R1), a Companhia reconhece a receita e o custo de construção, de acordo com o CPC 17 – Contratos de Construção. Receita e o custo de construção são iguais, não incorrendo lucro sobre este item.

Receita de Pedágio: Comparando com o 1T16 a receita teve uma redução de 13,2% no 1T17 devido ao movimento atípico na comercialização de milho no 1T16.

Receitas Acessórias: No 1T17 houve aumento de R\$ 660 mil, devido a novos contratos firmados de utilização da faixa de domínio.

Receita de Construção: No 1T17 houve aumento das obras de duplicação em função da Licença de Instalação nº 1083/2015 e continuação das obras de restauração do pavimento em comparação com o 1T16.

Comentário do Desempenho



Custos e despesas totais

Indicadores [R\$ mil]	1ºT17	1ºT16	Var.%
Custo de construção	104.945	78.029	34,5%
Depreciação e amortização	7.615	3.676	107,2%
Custos contratuais	4.306	3.901	10,4%
Serviços de terceiros	11.003	16.908	-34,9%
Custo com pessoal	11.938	11.362	5,1%
Materiais e Gastos Gerais	5.882	5.486	7,2%
Custos e despesas totais	145.689	119.362	22,1%

Os custos e as despesas totais aumentaram 22,1% no 1T17 em relação ao 1T16, alcançando o valor de R\$ 145.689 mil. Esse aumento deve-se principalmente a Licença de Instalação, recebida em 06/05/2016, aumentando os investimentos em comparação com o 1T16.

Custo de construção: No 1T17 houve aumento das obras de duplicação em função da Licença de Instalação nº 1083/2015, e continuação das obras de restauração do pavimento em comparação com o 1T16.

Depreciação e amortização: No 1T17 ocorreram as amortizações dos investimentos realizados em 2016, tais como: trechos da duplicação, implantação de fibra óptica e equipamentos de monitoração da rodovia, o que causou aumento de 107,2% em depreciação e amortização.

Custos Contratuais: Referem-se à verba contratual de Fiscalização (paga à ANTT) e à verba destinada ao aparelhamento da Polícia Rodoviária Federal (PRF). Além disso, fazem parte todos os seguros previstos no Contrato de Concessão, dentre os quais o do patrimônio existente (*All Risks*), o das novas obras (riscos de engenharia), bem como responsabilidade civil e seguro garantia.

O aumento de 10,4% nos custos contratuais decorreu em função do índice de reajuste aplicado sobre a verba de fiscalização não ter sido aplicado integralmente no decorrer do ano de 2016, essa diferença de reajuste foi aplicada no início do 1T17.

Serviços de terceiros: Neste grupo temos os itens de prestadores de serviços, referentes principalmente aos serviços de conservação de rotina, manutenção de equipamentos e sistemas e consultorias. A redução de 34,9% do valor no 1T17 em relação ao 1T16 ocorreu devido à redução de obras emergenciais e melhor adequação das equipes da conservação.

Materiais e Gastos Gerais: Os custos com os materiais e gastos gerais da operação tiveram aumento de 7,2% devido à variação anual do IPCA.

Comentário do Desempenho**EBITDA e EBIT**

Reconciliação EBITDA [R\$ mil]	1ºT17	1ºT16	Var.%
Lucro Líquido	7.122	15.583	-54,3%
(+) IR/CS	3.810	7.361	-48,2%
(+) Resultado Financeiro	5.448	3.095	76,0%
(+) Depreciação e Amortização	7.615	3.676	107,2%
EBITDA (a)	23.995	29.715	-19,2%
<i>Margem EBITDA (a)</i>	<i>14,52%</i>	<i>20,26%</i>	<i>-6 p.p.</i>

Reconciliação EBIT [R\$ mil]	1ºT17	1ºT16	Var.%
Lucro Líquido	7.122	15.583	-54,3%
(+) IR/CS	3.810	7.361	-48,2%
(+) Resultado Financeiro	5.448	3.095	76,0%
EBIT (a)	16.380	26.039	-37,1%
<i>Margem EBIT (a)</i>	<i>9,91%</i>	<i>17,76%</i>	<i>-8 p.p.</i>

(a) Cálculo efetuado segundo Instrução CVM nº. 527/2012.

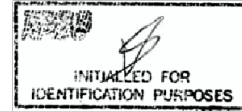
Resultado financeiro líquido

	1ºT17	1ºT16	Var. %
Despesas financeiras	(6.474)	(4.093)	58,2%
Juros sobre financiamentos	(15.260)	(11.341)	34,6%
Varição monetária sobre empréstimos	(2.700)	(1.971)	37,0%
Capitalização de custo dos empréstimos	12.189	9.436	29,2%
Taxas, comissões e outras despesas financeiras	(703)	(217)	224,0%
Receitas financeiras	1.026	998	2,8%
Rendimento sobre aplicações financeiras	1.004	975	3,0%
Juros e outras receitas financeiras	22	23	-4,3%
Resultado financeiro líquido	(5.448)	(3.095)	76,0%

No 1T16 a Companhia havia incorporado a 2ª liberação de recursos do Empréstimo Ponte contratado junto ao BNDES, no valor de R\$ 248.890 mil, totalizando R\$ 11.341 mil de juros incorridos. No 1T17 ocorreu a 2ª liberação do Empréstimo de Longo Prazo, contratado junto ao BNDES e dos Contratos de Financiamento FINISA e REPASSE, celebrado entre a Caixa Econômica Federal, totalizando R\$ 107.404 mil desembolsados em março, aumentando R\$ 3.919 mil de juros.

As receitas financeiras do 1T17 foram maiores que as do 1T16, devido ao saldo médio de caixa maior ao longo do 1T17 quando comparado ao 1T16.

Comentário do Desempenho



2. Investimentos

A Companhia mantém em dia os compromissos contratuais de investimento da BR-163/MS, conforme obrigações detalhadas no PER (Programa de Exploração da Rodovia).

Obras em andamento durante o 1º. Trimestre de 2017:

- **RECUPERAÇÃO E MANUTENÇÃO**
 - Implantação e recuperação de elementos de proteção e segurança;
 - Restauração do pavimento nos trechos abaixo:
 - Km 0,0 ao 200,0
 - Km 200,0 ao 390,0
 - Km 390,0 ao 490,0
 - Km 490,0 ao 530,0
 - Km 530,0 ao 570,0
 - Km 570,0 ao 767,0
 - Km 767,0 ao 807,0
 - Km 807,0 ao 845,4

- **SERVIÇOS OPERACIONAIS**
 - Implantação de sistema de circuito fechado de TV

- **AMPLIAÇÃO DE CAPACIDADE E MANUTENÇÃO DE NÍVEL DE SERVIÇO**
 - Duplicação dos seguintes trechos:
 - Km 23,150 ao km 28,530
 - Km 95,520 ao km 104,500
 - Km 369,000 ao km 374,000
 - Km 374,000 ao km 380,000
 - Km 502,160 ao km 511,650
 - Km 607,300 ao km 610,000
 - Km 626,210 ao km 628,460
 - Km 647,120 ao km 650,300
 - Km 683,252 ao km 688,170
 - Km 688,170 ao km 693,355
 - Km 840,567 ao Km 845,340

Comentário do Desempenho

Obras concluídas durante o 1º. Trimestre de 2017:

- **AMPLIAÇÃO DE CAPACIDADE E MANUTENÇÃO DE NÍVEL DE SERVIÇO**

- Duplicação dos seguintes trechos:

- Km 104,550 ao km 113,550

- Km 310,400 ao km 315,400

- Km 331,300 ao km 335,700

- Km 518,110 ao km 524,760

- Km 589,485 ao km 593,555

- Km 601,200 ao km 602,900

- Km 602,900 ao km 607,300

- Km 701,400 ao km 703,900

- Km 773,700 ao km 778,500

- Km 817,500 ao km 818,800



- **SERVIÇOS OPERACIONAIS**

- Implantação de 86 câmeras de sistema de circuito fechado de TV

- Implantação de Rede de Fibra Óptica do km 224 ao km 227

3. Fatos relevantes sobre o Serviço de Atendimento ao Usuário (SAU)

Houve redução de 10% no total de acidentes no 1T17 quando comparado ao mesmo período de 2016. Vale ressaltar que a Companhia realizou a identificação dos pontos vulneráveis de ocorrências de acidentes, para correção do trecho, cumpriu as ações destacadas no PRA (Programa de Redução de Acidentes), executou campanhas educativas de segurança viária, ações específicas para feriados prolongados, conservação e implantação de sinalização horizontal e vertical e conservação integral do pavimento com operações de tapa buraco e fresa/enchimento. O sistema de atendimento ao usuário abrange os serviços de socorro médico, socorro mecânico, combate a incêndios e apreensão de animais na faixa de domínio, serviço 0800 e de inspeção do tráfego.

Total de Acidentes (CCR MSVia)	1ºT17	1ºT16	Var.%
Total acidentes	402	449	-10%

A Diretoria

Notas Explicativas



Notas explicativas às Informações Trimestrais (ITR) findas em 31 de março de 2017

Os saldos apresentados em Reais nestas ITR foram arredondados para milhar, exceto quando indicado de outra forma.

1. Contexto operacional

A Companhia tem por objeto social específico e exclusivo, sob o regime de concessão, a exploração da infraestrutura e da prestação dos serviços públicos de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade e manutenção do nível de serviço da rodovia BR-163/MS, nos termos do Contrato de Concessão celebrado com a União, por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”), em decorrência do Leilão objeto do Edital de Concessão nº 005/2013 (“Contrato de Concessão”).

O Sistema Rodoviário, objeto da Concessão, compreende o trecho da rodovia BR-163 integralmente inserido no Estado do Mato Grosso do Sul, com extensão total de 845,40 km, entre a divisa com o estado do Paraná e término na divisa com o Mato Grosso, incluindo todos os elementos integrantes da faixa de domínio, bem como pelas áreas ocupadas com instalações operacionais e administrativas relacionadas à Concessão.

Em 11 de abril de 2014, a Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”) transferiu à Concessionária todos os bens veiculados à operação e manutenção do Sistema Rodoviário pelo prazo de 30 anos.

A Companhia tem como principal desafio duplicar mais de 800 km da BR-163/MS em 5 anos.

Além disso, implantou o Sistema de Atendimento ao Usuário em 11 de outubro de 2014, com serviços de socorro médico, socorro mecânico, inspeção de tráfego, combate a incêndios e apreensão de animais que são acionados pelos usuários através do centro de controle operacional e serviço 0800. As equipes e recursos de atendimento estão distribuídos ao longo de 17 bases operacionais.

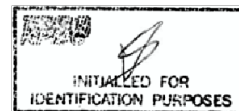
Previamente ao início da cobrança de pedágio, estava previsto no Contrato de Concessão a duplicação de 10% da rodovia até o 18º mês de Concessão. Tais obras foram realizadas com autorização baseada nas Portarias Interministeriais 288 e 289, de 16/07/2013, dos Ministérios do Meio Ambiente e dos Transportes. Estas Portarias permitem a ampliação da capacidade e a duplicação parcial da rodovia através de uma autorização de execução das obras sem a respectiva licença ambiental, desde que as mesmas não impliquem na supressão de vegetação nativa; realocação da população; impacto em unidades de conservação; impacto em terras indígenas e/ou quilombolas; não realizar intervenções em áreas de preservação permanente.

A Concessionária, após concluir 10% da duplicação e a implantação de nove praças de pedágio em agosto de 2015, iniciou a cobrança da tarifa no dia 14 de setembro de 2015, por meio da autorização da Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”) publicada na resolução nº 4.826.

As tarifas aplicadas foram reajustadas segundo regras constantes no Contrato de Concessão e com os efeitos das revisões extraordinárias dispostas nas resoluções nº 4.700 de 13 de maio de 2015 e nº 4.826 de 3 de setembro de 2015. A primeira incluiu a implantação de retornos em nível na BR-163/MS no montante de investimentos compromissados com a Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”) e a segunda restabeleceu o equilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão após isenção da cobrança de pedágio sobre eixos suspensos de veículos comerciais concedida pela Lei nº 13.103/2015, conhecida como “Lei dos Caminhoneiros”.

Em 14 de setembro de 2016, foram aplicados o 1º reajuste ordinário e o 3º reajuste extraordinário conforme resolução nº 5.183 de 12 de setembro de 2016, com aplicação da variação do IPCA e consideração do Fator C e Fator D, conforme regras do Contrato de Concessão.

Notas Explicativas



Em maio de 2016, a titularidade da Licença de Instalação emitida pelo IBAMA, de nº 1083, foi transferida para a Companhia. Desta forma, foi possível iniciar a implantação de mais 55 km duplicação, totalizando 87 km em andamento, que serão concluídos até maio de 2017.

Os investimentos pactuados no Contrato de Concessão são financiados por contratos firmados com o BNDES e a Caixa Econômica Federal. O financiamento com o BNDES foi suportado por um empréstimo ponte firmado em setembro de 2014 no montante de R\$ 646 milhões com prazo de 18 meses e teve seu vencimento em abril de 2016, quando iniciou o empréstimo de longo prazo no valor de R\$ 2.109 milhões. No dia 15 de abril, a Companhia recebeu o primeiro repasse do financiamento no valor de R\$ 587 milhões. Além disso, a Companhia contratou dois financiamentos com a Caixa Econômica Federal, um com recursos do programa FINISA, no valor de R\$ 527,3 milhões, e contrato de repasse de recursos do BNDES, no valor de R\$ 210 milhões. Em outubro de 2016, a Concessionária recebeu R\$ 147 milhões de aporte dos dois últimos contratos citados. No mês de março de 2017, foram desembolsados R\$ 107 milhões dos contratos com o BNDES e Caixa Econômica Federal.

2. Apresentação das ITR

Estas informações financeiras intermediárias foram elaboradas e estão sendo apresentadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, normas definidas pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e nos Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e especificamente o CPC 21 (R1) – Demonstrações Intermediárias e o IAS 34 – Informações Intermediárias, aplicáveis para a apresentação das informações trimestrais.

Estas ITR devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das informações financeiras intermediárias estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

As informações financeiras contidas nas informações trimestrais foram aprovadas pela Administração da Companhia em 10 de maio de 2017.

3. Principais práticas contábeis

Neste trimestre não ocorreram mudanças nas principais práticas contábeis e, portanto, mantêm-se a consistência de aplicação dos procedimentos divulgados nas notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

4. Determinação dos valores justos

Neste trimestre não ocorreram mudanças nos critérios de determinação dos valores justos.

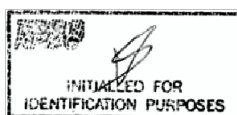
5. Gerenciamento de riscos financeiros

Neste trimestre não ocorreram mudanças no gerenciamento de riscos financeiros.

Em 31 de março de 2017, a Companhia possui capital circulante líquido positivo de R\$ 34.824, substancialmente composto por empréstimos e financiamentos, detalhado na nota explicativa nº 12. Além da geração de caixa decorrente de suas atividades, a Companhia está permanentemente reestruturando suas dívidas e negociando novas captações com o objetivo de fazer frente aos investimentos previstos.

Notas Explicativas**6. Caixa e equivalentes de caixa**

	<u>31/03/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Caixa e bancos	8.983	9.877
Aplicações financeiras		
Fundos de investimentos	78.592	435
Aplicações financeiras de curto prazo - CDB	4.770	9.655
	<u>92.345</u>	<u>19.967</u>



As aplicações financeiras foram remuneradas à taxa média de 99,87% do CDI, equivalente a 12,68% ao ano (13,78% ao ano, em média, em 31 de dezembro de 2016).

7. Contas a receber

	<u>31/03/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Circulante		
Receitas acessórias (a)	509	1.221
Pedágio eletrônico - outros (b)	8.431	8.899
	<u>8.940</u>	<u>10.120</u>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (c)	(296)	(296)
	<u>8.644</u>	<u>9.824</u>

Idade de vencimento dos títulos

	<u>31/03/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Crédito a vencer	8.636	9.512
Créditos vencidos até 60 dias	8	312
Créditos vencidos de 91 a 180 dias	-	149
Créditos vencidos há mais de 180 dias	296	147
	<u>8.940</u>	<u>10.120</u>

- (a) Créditos de receitas acessórias (principalmente ocupação de faixa de domínio e locação de painéis publicitários) previstas nos contratos de concessão;
- (b) Créditos a receber decorrentes dos serviços prestados aos usuários, relativos às tarifas de pedágio que serão repassadas à Concessionária e créditos a receber decorrentes de vale pedágio; e
- (c) A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD) é constituída para títulos vencidos há mais de 90 dias. A PCLD reflete o histórico de perda da Companhia.

Notas Explicativas**8. Imposto de renda e contribuição social****a. Conciliação do imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos**

A conciliação do imposto de renda e contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

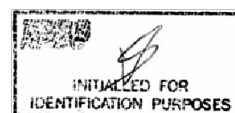
	<u>31/03/2017</u>	<u>31/03/2016</u>
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	10.932	22.944
Alíquota nominal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(3.717)	(7.801)
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes		
Incentivo relativo ao imposto de renda	-	60
Provisão para participação nos resultados (PLR)	(83)	(36)
Despesas com brindes	(3)	(1)
Despesas indedutíveis	(6)	(5)
Outros ajustes tributários	(1)	422
Despesa de imposto de renda e contribuição social	<u>(3.810)</u>	<u>(7.361)</u>
Impostos correntes	(22)	(2.951)
Impostos diferidos	(3.788)	(4.410)
	<u>(3.810)</u>	<u>(7.361)</u>
Alíquota efetiva de impostos	<u>34,85%</u>	<u>32,08%</u>

b. Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm as seguintes origens:

	<u>31/03/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Bases ativas		
IRPJ e CSLL sobre prejuízos fiscais e bases negativas	511	-
Despesas diferidas para fins fiscais - Lei 11.638/07	20.405	21.862
Provisão para participação nos resultados (PLR)	1.938	1.557
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	534	534
Provisão para riscos trabalhistas, tributários e fiscais	27	-
Constituição da provisão de manutenção	4.951	3.740
Outros	-	(13)
	<u>28.366</u>	<u>27.680</u>
Bases passivas		
Diferenças temporárias - Lei 12.973/14 (a)	(24.517)	(20.475)
Amortização custo de transação	(7.142)	(6.710)
Outros	(380)	(380)
	<u>(32.039)</u>	<u>(27.565)</u>
Ativo diferido líquido	<u>(3.673)</u>	<u>115</u>

a) Saldos de diferenças temporárias resultante da aplicação do art. nº 69 da lei nº 12.973/14 (fim do RTT).

Notas Explicativas**9. Partes relacionadas**

Os saldos de ativos e passivos em 31 de março de 2017 e 31 de dezembro de 2016, assim como as transações que influenciaram os resultados do trimestre de três meses findo em 31 de março de 2017 e 2016, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia, sua controladora, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas podem ser assim demonstradas:

	Transações			Saldos	
	01/01/2017 a 31/03/2017			Ativo	Passivo
	Serviços prestados	Aquisição de intangível	Receitas	Contas a receber	Fornecedores e contas a pagar
Controladora					
CCR S.A. (a)	874	-	-	-	273
Outras partes relacionadas					
CPC (b) (c)	1.090	210	-	2	430
Intercement Brasil S/A (d)	-	3.034	-	-	452
SPVias (c)	-	-	-	2	-
Total, 31 de Março de 2017	<u>1.964</u>	<u>3.244</u>	<u>-</u>	<u>4</u>	<u>1.155</u>
Total 31 de dezembro de 2016				<u>35</u>	<u>873</u>
Total, 31 de Março de 2016	<u>1.412</u>	<u>989</u>	<u>451</u>		

Despesas com profissionais chave da administração:

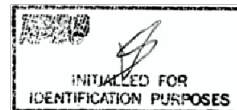
	31/03/2017	31/03/2016
Remuneração: (e)		
Benefícios de curto prazo - remuneração fixa	861	917
Outros benefícios:		
Provisão de PPR no ano a pagar no ano seguinte	332	209
Previdência privada	5	5
Seguro de vida	2	2
	<u>1.200</u>	<u>1.133</u>

Saldos a pagar aos profissionais chave da administração:

	31/03/2017	31/12/2016
Remuneração dos administradores (e)	1.428	1.141

Na AGO realizada em 11 de abril de 2017, foi fixada a remuneração anual dos membros do conselho de administração e diretoria da Companhia de até R\$ 6.300, incluindo salário, benefícios, remuneração variável e contribuição para seguridade social.

- (a) Contrato de prestação de serviços de gestão administrativa nas áreas de contabilidade, assessoria jurídica, suprimentos, tesouraria e recursos humanos executados pela CCR – Divisão Actua, cujos valores são liquidados mensalmente no 1º dia útil do mês;
- (b) Contrato de prestação exclusiva de serviços de administração de obras de investimentos, conservação, serviços de informática e manutenção, cujos valores são liquidados mensalmente no 1º dia útil do mês;

Notas Explicativas

- (c) Refere-se a encargos de folha de pagamento relativo à transferência de colaboradores;
- (d) Contrato de fornecimento de cimento para pavimentação de concreto na BR-163/MS, sendo os valores unitários reajustados anualmente pelo IGP-M. Os pagamentos relativos a este contrato ocorrem em até 15 dias após a recepção da fatura emitida pelo fornecedor; e
- (e) Contempla valor total a pagar de remuneração fixa e variável atribuível aos membros da administração e diretoria, registradas no balanço patrimonial como obrigações trabalhistas.

10. Ativo imobilizado**Movimentação do custo**

	31/12/2016		31/03/2017			
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Outros (b)	Saldo final
Móveis e utensílios	1.143	-	-	195	-	1.338
Máquinas e equipamentos	52.990	-	(2)	4.836	-	57.824
Veículos	21.066	-	-	27	-	21.093
Instalações e edificações	1.124	-	-	-	-	1.124
Sistemas operacionais	43.531	-	(126)	1.380	-	44.785
Imobilizações em andamento	32.781	2.105	-	(7.230)	(152)	27.504
	<u>152.635</u>	<u>2.105</u>	<u>(128)</u>	<u>(792)</u>	<u>(152)</u>	<u>153.668</u>

	01/01/2016		31/03/2016			
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Outros (b)	Saldo final
Movimento 2016	<u>151.720</u>	<u>11.314</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>163.034</u>

Foram acrescidos aos ativos imobilizados, custos de empréstimos no montante de R\$ 605 no trimestre findo em 31 de março de 2017 (R\$ 2.251 no período de três meses findo em 31 de março de 2016). A taxa média de capitalização no trimestre de 2017 foi de 0,62 % a.m. (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de empréstimos, financiamentos e debêntures).

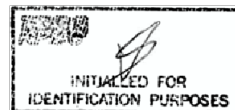
Movimentação da depreciação

	Taxa média anual de depreciação %	31/12/2016		31/03/2017		
		Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Saldo final
Móveis e utensílios	10	(111)	(32)	-	-	(143)
Máquinas e equipamentos	12	(3.677)	(1.824)	1	-	(5.500)
Veículos	25	(9.569)	(1.313)	-	-	(10.882)
Instalações, edificações e terrenos	10	(296)	-	-	-	(296)
Sistemas operacionais	12	(4.260)	(1.214)	21	-	(5.453)
		<u>(17.913)</u>	<u>(4.383)</u>	<u>22</u>	<u>-</u>	<u>(22.274)</u>

	01/01/2016		31/03/2016		
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Saldo final
Movimento 2016	<u>(5.863)</u>	<u>(2.103)</u>	<u>-</u>	<u>(1)</u>	<u>(7.967)</u>

- (a) Reclassificações do ativo imobilizado para o intangível.
- (b) Obrigação com o Poder concedente (DER), verba da polícia Rodoviária.

Notas Explicativas



11. Ativos Intangíveis

Movimentação do custo

	31/12/2016	31/03/2017		
	Saldo inicial	Adições	Transferências (a)	Saldo final
Direitos de exploração da infraestrutura	1.269.648	120.571	(1)	1.390.218
Direitos de uso de sistemas informatizados	7.273	-	793	8.066
	<u>1.276.921</u>	<u>120.571</u>	<u>792</u>	<u>1.398.284</u>

	01/01/2016	31/03/2016		
	Saldo inicial	Adições	Transferências (a)	Saldo final
Movimento 2016	<u>724.816</u>	<u>92.231</u>	<u>1</u>	<u>817.048</u>

Foram acrescidos aos ativos intangíveis, custos de empréstimos no montante de R\$ 11.584 no trimestre findo em 31 de março de 2017. A taxa média de capitalização no trimestre de 2017 foi de 0,62% a.m. (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de empréstimos, financiamentos e debêntures).

Movimentação da amortização

	Taxa média anual de amortização %	31/12/2016	31/03/2017	
		Saldo inicial	Adições	Saldo final
Direitos de exploração da infraestrutura	(b)	(8.408)	(2.842)	(11.250)
Direitos de uso de sistemas informatizados	20	(1.323)	(390)	(1.713)
		<u>(9.731)</u>	<u>(3.232)</u>	<u>(12.963)</u>
		01/01/2016	31/03/2016	
		Saldo inicial	Adições	Saldo final
Movimento em 2016		<u>(822)</u>	<u>(1.573)</u>	<u>(2.395)</u>

(c) Reclassificações do ativo imobilizado para o intangível.

(d) Amortização pela curva de benefício econômico.

12. Financiamentos

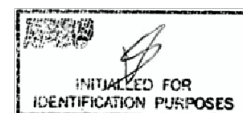
Instituições financeiras	Taxas contratuais (% a.a)	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a)	Custos de transação incorridos	Saldos dos custos a apropriar em 31/03/2017	Vencimento Final	31/03/2017	31/12/2016
Em moeda nacional							
1. BNDES - FINEM I	TJLP + 2,00% a.a.	2,2402% (a)	15.606	14.646	Março de 2039	657.860	580.146 (b) (c)
2. CAIXA ECONOMICA FEDERAL	TJLP + 2,00% a.a.	2,2147% (a)	2.389	2.320	Março de 2039	125.554	102.138 (b) (c)
3. CAIXA ECONOMICA FEDERAL	TJLP + 2,00% a.a.	2,5508% (a)	2.492	2.420	Março de 2039	50.843	41.062 (b) (c)
Total geral				<u>19.386</u>		<u>834.257</u>	<u>723.346</u>
Circulante							
Financiamentos						2.996	2.537
Custos de transação						<u>(1.417)</u>	<u>(1.408)</u>
						<u>1.579</u>	<u>1.129</u>
Não Circulante							
Financiamentos						850.647	740.543
Custos de transação						<u>(17.969)</u>	<u>(18.326)</u>
						<u>832.678</u>	<u>722.217</u>

Notas Explicativas

- (a) O custo efetivo destas transações refere-se aos custos incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que a liquidação dos juros e principal dar-se-á no final da operação e na data de cada transação não são conhecidas as futuras taxas aplicáveis. Estas taxas somente serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transação. Quando uma operação possui mais de uma série/tranche, está apresentada à taxa média ponderada.

Garantias:

- (b) Garantia real.
(c) 100% Aval/fiança corporativa da CCR.



Cronograma de desembolsos (não circulante)

	<u>31/03/2017</u>
2020	44.200
2021	44.188
2022	44.188
2023 em diante	<u>718.071</u>
	<u><u>850.647</u></u>

As condições, garantias e restrições pactuadas não foram alteradas e estão sendo cumpridas regularmente.

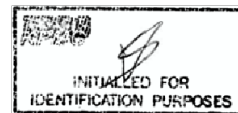
- Em 10 de março de 2017, ocorreram a 2º liberação referente ao contrato direto do BNDES, R\$ 22.390 referente ao subcrédito A e R\$ 52.561 do subcrédito R1 com remuneração de TJLP + 2% a.a.
- Em 10 de março de 2017, ocorreu a 2º liberação referente ao contrato FINISA no montante de R\$ 22.910 com remuneração de TJLP + 2% a.a.
- Em 15 de março de 2017, ocorreu a 2º liberação referente ao contrato junto à Caixa, referente à repasse do BNDES, no montante de R\$ 9.545 com remuneração de TJLP + 2% a.a.

Para maiores detalhes sobre os financiamentos, vide nota explicativa nº 11 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016

13. Fornecedores

	<u>31/03/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Circulante		
Fornecedores e prestadores de serviços nacionais (a)	34.485	41.210
Fornecedores e prestadores de serviços estrangeiros (a)	13	13
Cauções e retenções contratuais (b)	<u>15.942</u>	<u>16.014</u>
	<u><u>50.440</u></u>	<u><u>57.237</u></u>

- (a) Refere-se principalmente a valores por conta de serviços, materiais e equipamentos relacionados a obras de melhorias, manutenção e conservação; e
- (b) Trata-se de garantia contratual estabelecida com prestadores de serviços, destinada a suprir eventuais inadimplências fiscais e trabalhistas destes prestadores, em decorrência de responsabilidade solidária da Companhia. Em média, são retidos 5% do valor das medições até o encerramento do contrato de prestação de serviços.

Notas Explicativas**14. Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários**

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas respectivas operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas e cíveis.

A Administração constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme quadro abaixo, com base em (i) informações de seus assessores jurídicos, (ii) análise das demandas judiciais pendentes e (iii) com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas:

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/03/2017</u>	
Não circulante	Saldo inicial	Constituição	Total
Trabalhistas	-	79	79
Total	-	79	79
	<u>31/12/2015</u>	<u>31/03/2016</u>	
Não circulante	Saldo inicial	Constituição	Total
Movimento em 2016	-	-	-

A companhia efetuou acordos para pagamentos de processos administrativos, nas esferas cíveis e trabalhistas, nos montantes de R\$ 118 e R\$ 124, respectivamente.

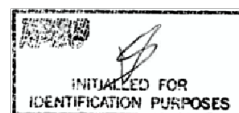
A Companhia possui outros riscos relativos a questões cíveis e trabalhistas avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS não determinam sua contabilização.

	<u>31/03/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Cíveis e administrativos	88	89
Trabalhistas e previdenciárias	84	47
	<u>172</u>	<u>136</u>

15. Provisão de manutenção

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/03/2017</u>		
	Saldo inicial	Constituição de provisão a valor presente	Ajuste a valor presente	Saldo final
Não circulante	11.001	3.116	447	14.564

A taxa para cálculo do valor presente para os projetos com início de provisão em 2015 e 2016 é 15,77%. A mesma é equivalente às taxas de mercado para o trimestre a que se refere.

Notas Explicativas**16. Patrimônio líquido****a) Capital social**

Em 15 de dezembro de 2016, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, o aumento de capital da Companhia, no valor de R\$ 63.000, mediante a emissão de 63.000.000 de ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas e podendo ser integralizadas até 10 de janeiro de 2017. Nesta data foi integralizado R\$ 10.000 e em 10 de janeiro de 2017 foi integralizado R\$ 53.000, passando o capital da Companhia para R\$ 645.000, dividido em 645.000.000 de ações ordinárias e sem valor nominal.

Em 09 de fevereiro de 2017, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, o aumento de capital da Companhia, no valor de R\$ 17.000, mediante a emissão de 17.000.000 de ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas, passando o capital da Companhia para R\$ 662.000, dividido em 662.000.000 ações ordinárias e sem valor nominal.

b) Lucro por ação básico e diluído

A Companhia não possui instrumentos que potencialmente, poderiam diluir os resultados por ação.

	<u>01/01/2017 a</u> <u>31/03/2017</u>	<u>01/01/2016 a</u> <u>31/03/2016</u>
Numerador		
Lucro (prejuízo) líquido	7.122	15.583
Denominador		
Média ponderada de ações (em milhares)	<u>648.556</u>	<u>429.000</u>
Lucro (prejuízo) por ação - básico e diluído em R\$	0,01098	0,03632

17. Receitas

	<u>31/03/2017</u>	<u>31/03/2016</u>
Receitas de pedágio	64.414	74.220
Receitas de construção (ICPC 01)	104.945	78.029
Receitas administrativas	-	451
Receitas acessórias	<u>1.583</u>	<u>472</u>
Receita bruta	<u>170.942</u>	<u>153.172</u>
Impostos sobre receitas	(5.706)	(6.502)
Devoluções e abatimentos	<u>(18)</u>	<u>(14)</u>
Deduções das receitas brutas	<u>(5.724)</u>	<u>(6.516)</u>
Receita líquida	<u><u>165.218</u></u>	<u><u>146.656</u></u>

Notas Explicativas**18. Resultado financeiro**

	<u>31/03/2017</u>	<u>31/03/2016</u>
Despesas financeiras		
Juros sobre financiamentos	(15.260)	(11.341)
Variação monetária sobre empréstimos	(2.700)	(1.971)
Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	(447)	(73)
Capitalização de custos dos empréstimos	12.189	9.436
Taxas, comissões e outras despesas financeiras	(256)	(144)
	<u>(6.474)</u>	<u>(4.093)</u>
Receitas financeiras (a)		
Rendimento sobre aplicações financeiras	1.004	975
Juros e outras receitas financeiras	22	23
	<u>1.026</u>	<u>998</u>
Resultado financeiro	<u>(5.448)</u>	<u>(3.095)</u>

19. Instrumentos financeiros

A Companhia não possui e não operou com instrumentos financeiros derivativos durante o trimestre apresentados.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas ITR, conforme o quadro a seguir:

Instrumentos financeiros por categoria

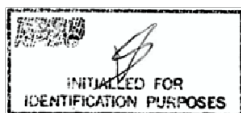
	<u>31/03/2017</u>			<u>31/12/2016</u>		
	Valor justo por meio de resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado	Valor justo por meio de resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado
Ativos						
Aplicações financeiras	83.362	-	-	10.090	-	-
Contas a receber	-	8.644	-	-	9.824	-
Contas a receber - partes relacionadas	-	4	-	-	35	-
Passivos						
Financiamentos em moeda nacional (a)	-	-	(834.257)	-	-	(723.346)
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	(51.238)	-	-	(58.021)
Fornecedores - partes relacionadas	-	-	(1.155)	-	-	(873)
Total	<u>83.362</u>	<u>8.648</u>	<u>(886.650)</u>	<u>10.090</u>	<u>9.859</u>	<u>(782.240)</u>

(a) Valores líquidos dos custos de transação.

Neste trimestre não ocorreram mudanças nos métodos e premissas adotados na determinação do valor justo em relação aos divulgados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016.

Hierarquia de valor justo

A Companhia possui os saldos abaixo de instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo, os quais estão qualificados no nível 2:

Notas Explicativas

	<u>31/03/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Aplicações financeiras	83.362	10.090

- Nível 1: preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: *inputs*, diferente dos preços negociados em mercados ativos incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

Em atendimento à Instrução CVM nº 475 apresentamos abaixo, as análises de sensibilidade quanto às variações nas taxas de juros.

Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e de juros sobre os contratos de empréstimos, financiamentos, debêntures e notas promissórias com taxas pós-fixadas, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 31 de março de 2018 ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.

Operação	Risco	Vencimento	Exposição em R\$ ⁽⁵⁾	Efeito em R\$ no resultado		
				Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
BNDES	Aumento da TJLP	Março de 2039	672.506	(64.817)	(77.619)	(90.424)
CEF	Aumento da TJLP	Março de 2039	181.137	(17.459)	(20.906)	(24.356)
Aplicação financeira (Menkar II)	Diminuição do CDI (4)		78.585	9.266	11.579	13.889
Aplicação financeira (CDB)	Diminuição do CDI (4)		4.769	575	718	862
				(72.435)	(86.228)	(100.029)

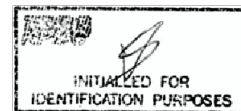
As taxas de juros consideradas foram⁽¹⁾:

TJLP ⁽²⁾	7,50%	9,38%	11,25%
CDI (4)	12,13%	15,16%	18,20%

- (1) As taxas apresentadas acima serviram como base para o cálculo. As mesmas foram utilizadas nos 3 meses do cálculo:

No item (2) e (3) abaixo, estão detalhadas as premissas para obtenção das taxas do cenário provável;

- (2) Refere-se à taxa de 31/03/2017, divulgada pelo BNDES.
 (3) Refere-se à taxa de 31/03/2017, divulgada pela B3.
 (4) Saldo Líquido. O conceito aplicado para o Caixa é o mesmo para o endividamento líquido, ou seja, se o CDI subir, o endividamento piora enquanto no caixa, há um aumento da receita financeira.
 (5) Nos valores de exposição não estão deduzidos os custos de transação.

Notas Explicativas**20. Compromissos vinculados ao contrato de concessão**

Além dos pagamentos de verba de fiscalização ao Poder Concedente, a Companhia assumiu compromissos em seu contrato de concessão que contemplam investimentos (melhorias e manutenções) a serem realizados durante o prazo de concessão. Os valores demonstrados abaixo refletem o valor dos investimentos estabelecidos no início do contrato de concessão, ajustados por reequilíbrios firmados com o Poder Concedente e atualizados anualmente pelos índices de reajuste tarifário:

	<u>31/03/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Compromisso de investimento	<u>4.628.312</u>	<u>4.846.348</u>

Os valores acima não incluem eventuais investimentos contingentes, de nível de serviço e casos em discussão para reequilíbrio.

21. Demonstração do fluxo de caixa

Abaixo estão demonstradas movimentações de ativos e passivos que não afetam o caixa e, portanto, foram excluídas das demonstrações de fluxo de caixa nos respectivos exercícios. Caso as operações tivessem afetado o caixa, seriam apresentadas nas rubricas do fluxo de caixa abaixo:

	<u>31/03/2017</u>	<u>31/03/2016</u>
Fornecedores	<u>(313)</u>	<u>(21.925)</u>
Efeito no caixa líquido das atividades operacionais	<u>(313)</u>	<u>(21.925)</u>
Aquisição de ativo intangível	<u>313</u>	<u>21.925</u>
Efeito no caixa líquido das atividades de investimento	<u>313</u>	<u>21.925</u>

A companhia classifica os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que tal classificação melhor representa os fluxos de obtenção de recursos.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais-ITR

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da,

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.

Campo Grande - MS

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, da Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2017, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações contábeis intermediárias de acordo com o CPC 21 (R1) e a IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, emitida pelo IASB aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros Assuntos - Demonstrações do Valor Adicionado

As informações contábeis intermediárias, relativas às demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao período três meses findo em 31 de março de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, apresentadas como informação suplementar para fins da IAS 34, foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais - ITR da Companhia. Para a formação de nossa conclusão, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Valores correspondentes

Os valores correspondentes relativos ao balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2016 foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 3 de março de 2017 sem modificação e às demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses do trimestre findo em 31 de março de 2016 foram anteriormente revisados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 5 de maio de 2016, sem modificação. Os valores correspondentes relativos às Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2016, foram submetidos aos mesmos procedimentos de revisão por aqueles auditores independentes e, com base em sua revisão, aqueles auditores emitiram relatório reportando que não tiveram conhecimento de nenhum fato que os levasse a acreditar que a DVA não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

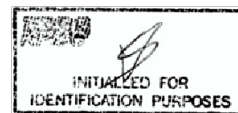
São Paulo, 10 de maio de 2017

KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP014428/O-6

José Luiz Ribeiro de Carvalho

CRC 1SP141128/O-2



Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº. 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada e atualmente em vigor ("Instrução CVM 480"), a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com o conteúdo do Relatório da KPMG Auditores Independentes sobre as Informações Trimestrais da Companhia (ITR) e com as referidas Informações Trimestrais, todas relativas ao trimestre encerrado em 31 de março de 2017.

Campo Grande/MS, 10 de maio de 2017.

SR. ROBERTO DE BARROS CALIXTO

DIRETOR PRESIDENTE E DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

SR. DÉCIO DE REZENDE SOUZA

DIRETOR OPERACIONAL



Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº. 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada e atualmente em vigor ("Instrução CVM 480"), a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com o conteúdo do Relatório da KPMG Auditores Independentes sobre as Informações Trimestrais da Companhia (ITR) e com as referidas Informações Trimestrais, todas relativas ao trimestre encerrado em 31 de março de 2017.

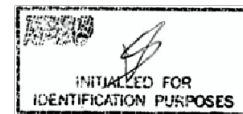
Campo Grande/MS, 10 de maio de 2017.

SR. ROBERTO DE BARROS CALIXTO

DIRETOR PRESIDENTE E DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

SR. DÉCIO DE REZENDE SOUZA

DIRETOR OPERACIONAL



Motivos de Reapresentação

Versão	Descrição
2	Atualização do texto de partes relacionadas

